

Percepção dos Ludovicenses sobre a Identidade Cultural da Cidade de São Luís (MA)

Saulo Ribeiro dos Santos¹

Geyza Antônia de Souza Ribeiro²

Protásio César dos Santos³

Universidade Federal do Maranhão – UFMA

Josenilde Cidreira Dorneles de Moraes⁴

Universidade Estadual do Maranhão – UEMA

Resumo: São Luís do Maranhão é conhecida por suas belezas arquitetônicas de origem portuguesa e também por sua rica cultura popular. Neste estudo, analisa-se a percepção dos moradores acerca da identidade cultural que estes veem e percebem quanto à cidade. A pesquisa caracteriza-se como bibliográfica, documental e empírica, tendo sido realizada ainda, uma pesquisa de campo para obtenção da percepção dos moradores acerca da cultura. Os resultados apontam que o ludovicense ainda não possui discernimento sobre cultura popular e que há uma dúvida quanto a sua origem. Conclui-se que é necessária a realização de políticas públicas de turismo e ações de marketing para que o ludovicense tenha o sentimento de pertence da cultura popular maranhense.

Palavras chave: São Luís do Maranhão; Cultura popular; Identidade cultural.

Introdução

São Luís (MA), 10 de março de 2009, a capital do Estado estava prestes a receber o título de Capital Brasileira da Cultura e em uma pesquisa de campo realizada no Centro Histórico, o entrevistador deparou-se com a seguinte pergunta de um entrevistado nativo, surpreso com a titulação: Por quê? Só por causa do boi?

Esse questionamento passa, então, a ser tomado como norteador do contexto deste trabalho. Apesar da capital do Estado do Maranhão contar com inúmeras riquezas arquitetônicas, ter o título de Patrimônio Cultural da Humanidade concedido pela Organização das Nações Unidas para a Educação, a Ciência e a Cultura (UNESCO) e ser caldeirão de manifestações culturais, os autóctones não parecem apaixonados pelo

¹ Professor do Curso de Turismo da UFMA. Doutorando em Gestão Urbana na PUCPR. *E-mail:* saulosantosma@uol.com.br

² Pós-Graduada em Marketing. Pesquisadora da UFMA. *E-mail:* geyzasouza3@yahoo.com.br

³ Doutor em Desenvolvimento Sustentável. Professor da UFMA e UEMA. *E-mail:* labcom19@yahoo.com.br

⁴ Mestranda em Desenvolvimento Socioespacial. Pesquisadora na UEMA. *E-mail:* josicidra@gmail.com

que veem, pois muitos desconhecem, e acreditam que títulos como Capital da Cultura não cabem à sua cidade, já outros, têm preconceitos e assimilam a cultura local como algo retrógrado.

Objetiva-se, neste estudo, compreender a visão da comunidade local sobre o sentimento de pertença para com sua cultura e cidade, no intuito de valorizar a identidade local de São Luís.

Para tal, a metodologia desse trabalho utilizou dados bibliográficos e documentais, além da aplicação de pesquisa de campo. Com os resultados, percebe-se que é possível a futura realização de um plano de endomarketing turístico para São Luís.

Cultura popular e a identidade ludovicense: antes e pós-atividade turística

Pode-se visualizar uma particularidade sobre a cultura popular no Maranhão, que é formada de forma pluri-racial, ou seja, os formadores da cultura estão dentro de grupos étnicos diversos que se relacionaram por motivos alheios à sua vontade, formalizando uma sociedade pluriétnica. Pode-se entender então, a origem da força da cultura popular maranhense: brancos, indígenas tupinambás e negros escravos estão simbolizados na bandeira e nas raízes das manifestações culturais. Entretanto, essa união nunca foi pacífica e até hoje o ludovicense possui sérios problemas para se adequar a essa cultura multi-racial (FERRETI, 2003).

E para que haja o entendimento da atual forma de viver e de se identificar desse indivíduo com sua cultura popular própria, é necessário inicialmente que se veja esse processo a partir de uma visão holística, que envolva principalmente o contexto histórico no qual a cultura popular local foi formada. E para tal, é necessário debater a problemática desde sua origem, séculos atrás, no momento de colonização das terras da ilha de São Luís.

Este retorno demonstra um contexto histórico no qual a cultura popular foi aceita e discriminada ao longo dos anos, de acordo com os valores e vontades das elites e autoridades da capital. No período da colonização, quando Portugal não detinha a organização necessária para se apoderar e governar toda a área recém-descoberta, fez-se cômodo aliar-se a indígenas, em sua maioria, tupinambás e suprimir revoltas com miudezas e promessas de reciprocidade, sendo aceitos inclusive costumes que para a

cultura europeia eram caracterizados como bárbaros, tais como: nudez, festas, consumo de drogas naturais, etc, pela troca de liberdade de movimentação de europeus nas terras locais (DIAS, 1974).

As sinergias culturais, nesse momento foram realizadas em um processo de doutrinação pelos missionários jesuítas, patrocinada pela Coroa Portuguesa, que investiu nesse processo pela comodidade financeira, como cita Assunção (1999, p. 38) “[...] os missionários jesuítas trabalharam para manter a dominação colonial em grande parte do imenso território brasileiro a um custo muito baixo para o Tesouro Real”.

Essa situação manteve-se até o momento em que as terras ludovicenses começaram a chamar atenção de países como Espanha, Holanda e até França que tentaram arrebatá-las de Portugal, acarretando um longo processo de lutas. Rios (2005, p. 10) esclarece que “São Luís foi fundada pelos franceses em 8 de setembro de 1612, passando, em 1615, para o domínio dos portugueses e ficando, a partir de 1641, três anos sob o domínio dos holandeses. Voltou depois para o jugo dos portugueses”.

Durante esse período de determinação de propriedade europeia, o processo de “doutrinação” cultural foi então bruscamente rompido pela abolição das missões jesuíticas e instituição da europeização, tendo como marco inicial a proibição da língua geral (a união da língua portuguesa com o tupi) em detrimento da língua portuguesa que, nesse momento histórico, foi considerada mais segura pela coroa por determinar quem eram os seus aliados através da identificação linguística.

Para viabilizar a proteção das terras contra novos ataques de outros países europeus, foi motivado pela Coroa o aumento da vinda de portugueses para as terras da capital para dar continuidade ao processo de colonização. Sendo formadas então, as primeiras elites europeias escravocratas que continuamente assustavam-se e criticavam o modo de vida dos nativos locais. Dentre os fatores mais criticados estava a nudez, característica dos nativos locais, que devido às altas temperaturas não conseguiam acostumar-se com as vestimentas impostas pela cultura dominante. Isso é demonstrado por uma carta indignada, escrita por um comerciante português e enviada a um jornal da época:

[...] Todos os dias vemos rapazes, e raparigas de 8,10, 12 anos totalmente nus por essas ruas; [...] He inegável que em outras cidades da Europa, [...], não vemos isto [...] He tal a pouca vergonha no Maranhão que de dia há quem se banhe nas fontes publicas, e nos poços particulares expostos ao publico, e isto no meio da Cidade [...] homens, mulheres de todas as idades! (FAROL MARANHENSE, 1829, p. 470).

Esse contexto de embate cultural manteve-se durante anos, tendo seu ápice na fase do Império Brasileiro, sendo que o vestuário, práticas religiosas e festas eram ditadas pela elite brasileiro-europeia e fatores que não se enquadravam nos “bons costumes” advindos de sua cultura, eram marginalizados e considerados inapropriados. Para tal, leis e sanções começaram a ser lançadas no intuito de elitizar os costumes da cultura popular sendo possível encontrar registros, que informam “[...] Cada vez que negros usassem tambores, batuques, violas, pandeiros e outros instrumentos, que fazem provocar danças e ajuntamentos seriam penalizados com nove dias de prisão contínuos e cinquenta açoites” (MORAES, 1995, p. 218).

É claro que nesse contexto de perseguição os atores da cultura popular não estavam satisfeitos e isso era visualizado com preocupação pela elite. Com o temor crescente de revoltas, as autoridades locais visualizaram nas festas populares, por reunirem grandes concentrações da população oprimida, um celeiro potencial para manifestações, sendo assim duramente coibidas. Culminando na proibição dos denominados *batuques*, no ano de 1830 nas cidades, condenando as manifestações a áreas periféricas pré-determinadas, como cita Araújo (1991, p. 28) “[...] depois do toque de recolher são proibidos os batuques de negros dentro d’esta Villa, o Juiz de Paz designará o lugar para tais batuques”.

Dentre essas festas populares marginalizadas, estava a atualmente considerada a maior manifestação cultural de São Luís, sendo o principal fator de reconhecimento ludovicense dentro e fora do país, o bumba-meu-boi. De origem difusa, essa manifestação constitui-se no principal meio de libertação da revolta das classes subalternas, não apenas indígenas, pois o bumba-meu-boi também encarna fatores africanos em seus instrumentos e simetrias musicais. E, assim como os *batuques*, foi levada à periferia da cidade. Como cita Assunção (1999, p. 47) “[...] os donos dos bois depositavam requerimentos pedindo a autorização para ensaiar a brincadeira e sair nos dias dos festejos juninos. A Secretaria de Polícia, no entanto, somente concedia tais licenças para os lugares situados fora do centro da cidade”.

O bumba-meu-boi, assim como outras manifestações populares culturais e religiosas encontrava-se, nesse momento, sob as rédeas da cultura dominante. E é necessário focar que este processo de marginalização manteve-se até meados da década 80, como cita Mundicarmo Ferreti (2002, p. 11):

Em 1934, quando foi realizado em Recife o primeiro ‘Congresso Afro-Brasileiro’, era obrigatório o registro dos terreiros na polícia e, como foi denunciado naquele evento, as ‘macumbas’ e ‘catimbós’ eram perseguidas como crime e anomalia. Embora essa obrigatoriedade tenha caído há mais tempo na Bahia e em outros Estados, no Maranhão vigorou até mais ou menos 1988.

No Maranhão este contexto só passou por mudanças concretas a menos de trinta anos atrás. Pois é notório que mudanças culturais demandam tempo para ocorrer e os frutos preconceituosos da marginalização das classes oprimidas de mais de três séculos ainda se mantêm no imaginário popular ludovicense até os dias de hoje. Seria por isso que a identidade local ainda encontra-se tão enfraquecida? Para compreender este questionamento é necessário destacar o momento e o contexto no qual a cultura popular converteu sua marginalização em exaltação e isso só vai ocorrer através de um processo que se iniciou na década de 1960, onde um modelo político denominado “Milagre Econômico Brasileiro” (RIOS, 2005) instaurado pelo início da dinastia Sarney acarretou uma corrida desenvolvimentista para equiparar São Luís a outras capitais brasileiras, como cita Rios (2005, p. 63):

A cidade muda a sua estrutura física, o acesso a determinadas localidades é facilitado, a energia elétrica que existia somente no centro passa ser distribuída para outros lugares. O Estado investe para que o Maranhão pudesse acompanhar o desenvolvimento dos demais. Para isso, deu continuidade ao processo nas décadas de 70 e 80 apoiado com o advento e a expansão do capital internacional, resultando disso a instalação de um Distrito Industrial com seu ápice apontando para o Projeto Carajás.

E é nesse momento que a cultura popular começa a ganhar destaque pelo governo local que investe na área por visualizá-la como potencialidade para uma atividade que ganhava força mundial: o turismo. Como informa Rios (2005, p. 63) “[...] é no governo de José Sarney que começa a prática de apresentar grupos de Bumba-meu-boi no palácio do governo, como um produto exótico para turistas e visitantes oficiais. O pagamento era sempre em garrafas de cachaça”.

O turismo estava em alta e aparentava potencial para crescer vertiginosamente em São Luís e o segmento mais provável de reconhecimento mercadológico era o turismo cultural. Entretanto, a evolução não foi tão latente quanto era imaginada, pois o turismo cultural apesar de toda sua potencialidade de festas, danças e musicalidade, atualmente não é o principal motivador da vinda de turistas a São Luís como informa Gisele Aranha, Coordenadora de Análise Mercadológica da Secretaria Municipal de Turismo

(SETUR) em entrevista: “a maior parte de turistas que vêm a São Luís, são, indiscutivelmente, turistas do segmento de negócios”.

É inegável que no contexto atual, talvez seja possível debater se o turismo não seria apenas outra forma de apropriação da cultura elitista em detrimento da cultura popular, ou, seria uma nova forma de colonização? Como denuncia João de Deus Vieira Barros, professor da Universidade Federal do Maranhão "antes de sair do limbo, o bumba-meu-boi era uma manifestação de resistência. Mas ao longo do tempo vem sendo cada vez mais utilizado para manter o status *quo*. Na época de São João, há uma inflação de fotos de políticos ao lado de brincantes nos jornais". (BARROS apud ARAÚJO J., 2010).

Através dessa citação, é possível notar que a manifestação está perdendo seu sentido original e sendo usada por alguns grupos políticos como uma boa maneira de arrecadar votos em épocas eleitorais. Entretanto, a questão política dessa citação é que deve ser tratada com preocupação, a partir do momento que mudanças na manifestação cultural dão-se de forma manipulada por motivos que estão alheios aos seus atores formadores, ou seja, as mudanças ocorridas não são formadas pelo povo que o criou, mas sim por influências externas não-naturais, é que encontra-se a problemática principal que envolve o turismo e a cultura local.

Neste trabalho parte-se do princípio visualizado por Ferreti (2003, p. 7) “[...] de modo geral, o maranhense não gosta e não aceita que se fale mal de sua terra, gosta dos que elogiam, mas conhece pouco e não sabe apreciar devidamente as tradições locais”. Essa não se trata de uma verdade indiscutível, como o mesmo afirma, e por esse motivo, em pesquisa de campo realizada para este trabalho e que irá ser exposta mais a frente, este aspecto será mais bem avaliado, entretanto essa questão é visualizada de forma empírica através da convivência com ludovicenses, isso é exemplificado quando muitos jovens locais apreciam músicas baianas que possuem ritmos e letras africanas, mas ignoram ou sentem medo de ouvir músicas de cantores locais como o trabalho Tecnomacumba de Rita Ribeiro⁵.

Entretanto, é notório o imenso preconceito contra as religiões que praticam o denominado tambor de mina, em que o senso comum trata essa religiosidade com medo e apreensão, corroborando em um contexto onde mesmo os praticantes da religião se sentem coibidos a assumir essa verdade. Trata-se, portanto, de um processo em longo

⁵ Cantora maranhense que dedica seu trabalho artístico a cantos de macumba.

prazo que necessita de um passo inicial consciente e devidamente planejado para que as gerações futuras possam colher os frutos plantados no hoje.

Metodologia

A pesquisa caracteriza-se como uma pesquisa quantitativa, qualitativa e interpretativa que “[...] busca compreender o fenômeno a partir dos próprios dados, das referências fornecidas pela população estudada e dos significados atribuídos ao fenômeno pela população” (MYERS, 2000 p. 50). Inicialmente, realizou-se um levantamento de dados com um processo de pesquisa de gabinete que envolveu livros, periódicos, incluindo pesquisa virtual.

Realizou-se pesquisa de campo, onde foram aplicados questionários com 23 questões com perguntas abertas e fechadas diretamente com 200 ludovicenses via internet com a postagem do mesmo em *link* virtual e através de visitas *in loco* em bairros de São Luís no período entre os dias 05 e 28 de setembro de 2010, para entender o quesito de pertence quanto a cultura local.

Identidade ludovicense: percepções

Analisa-se a noção de conceitos de cultura e identidade mais comum entre o público-alvo [57% feminino e 43% masculino, com maioria na faixa etária entre 15 e 30 anos 82%], e como resposta visualiza-se uma tendência a conceituar cultura com uma visão tendente ao sentido de erudição, negligenciando a teoria da cultura como “lente através da qual o homem vê o mundo”, ou seja, a cultura é vista como algo transmitido em instituições de ensino e não criada a produção popular. Esse contexto é mais preocupante devido ao nível de escolaridade (36% superior incompleto, 16% com 2º grau completo e e 17% com 2º grau incompleto) razoável do perfil de entrevistados, o que leva a questionamentos sobre a importância de discutir de forma aprofundada as premissas teóricas da cultura na academia para que essas conceituações distantes da realidade sejam amenizadas.

Questionados ainda sobre o conceito de cultura, ao ser analisada a grande porcentagem visualizada para a opção “outro” foi possível identificar características conceituais que

colocaram a cultura como uma experiência ou manifestação popular com ênfase na questão da necessidade de transmissão através do tempo, o que é uma característica que está de acordo com as questões de herança cultural, demonstrando assim um momento de transição conceitual, ou seja, o público pesquisado ainda possui conceitos de cultura obsoletos, mas já demonstra uma tendência de evolução do entendimento sobre cultura como produção de uma sociedade como um todo.

Na análise conceitual da identidade, outra temática que envolve esse estudo, obtem-se um resultado que demonstra que o conceito de identidade já está mais de acordo com a realidade acadêmica a partir do momento que 54% dos entrevistados escolheram um conceito que determina este vetor como algo simbólico e compartilhado historicamente e 29% como fator de diferenciação entre grupos sociais, referindo-se à identidade como algo mais consciente. Entretanto, 11% dos entrevistados delimitam identidade a partir de uma divisão étnica, fato preocupante por definir uma tendência à não visualização holística da identidade ludovicense, formatando bases para um processo de preconceito racial, ou seja, a partir do momento que essa porcentagem se depara com a cultura de um grupo étnico diferente do seu, a tendência a não se apropriar de tal cultura é grande, pois a mesma não a vê como parte de seu grupo. Essa concepção em uma sociedade pluriétnica, como a encontrada em São Luís do Maranhão constitui-se em uma problemática que merece atenção.

Partindo desses conceitos, percebe-se que a grande maioria dos ludovicenses acreditam que São Luís é uma cidade cultural e confirmando o reconhecimento interno sobre a variedade de potencialidades culturais, 40% dos entrevistados delimitam a diversidade cultural como a principal motivação para essa afirmação. De forma que, 27% enfatizam os aspectos culturais avulsos, tais como: culinária, festas, danças e delegam 18% à questões ligadas ao patrimônio histórico e arquitetônico, o que demonstra que apesar do título de Patrimônio da Humanidade, que protege principalmente as produções arquitetônicas locais, o ludovicense possui a concepção de que sua potencialidade cultural vai muito além da *pedra e cal*. E apenas 15% ligam-se a motivações ligadas à origem pluriétnica da localidade, o que faz com que se retorne à questão de que certa parte dos ludovicenses ainda não se adequaram completamente a esse conceito múltiplo de sua origem.

Dentre essa diversidade cultural apontada no questionamento anterior, percebe-se que o ludovicense identifica-se mais com as manifestações ligadas a produção ritmica, de forma que as danças e festas locais figuram como principais atrativos para 58% dos entrevistados. Corroborando tal fato, a musicalidade é citada logo após, com 13%. Citam também o artesanato (11%) e gastronomia (12%). Entretanto, um ponto que merece maior debate é a indicação mínima da religiosidade, com apenas 7%, sendo delimitada como o aspecto da cultura que menos chama atenção.

Esse resultado é impactante pois, São Luís constitui-se em uma cidade majoritariamente negra, conforme já foi descrito anteriormente nesse estudo e portanto, conta com grandes influências afro-religiosas, com origens na realeza africana, como informa Ferreti (2003, p. 11) “[...] a Casa das Minas Jêje da Rua São Pantaleão [...] como identificado por pesquisadores, foi fundada por uma rainha procedente do reino do Daomé, trazida como escrava, confirmando que para o Maranhão também vieram negros da nobreza”. Assim, um questionamento válido encontrado nesta pesquisa são os motivos que levam o ludovicense apesar de ter influências histórico-religiosas tão fortes, abandonar este vetor de forma tão consistente. Tal fato é corroborado pelos fatos quando se chega ao resultado de que a maioria dos ludovicenses entrevistados (65%) nunca foi a nenhum local onde esta religião se manifesta, devido as seguintes motivações: 34% dos entrevistados clamam que nunca tiveram oportunidade de conhecer tais lugares, o que pode ser explicado pela tendência misteriosa e fechada dessas manifestações religiosas que dificultam processos de reconhecimento.

Entretanto, mudanças nesse comportamento são visualizadas ao longo dos anos e os responsáveis por estas casas já permitem visitas agendadas que não atrapalham o funcionamento do local e demonstram através de um processo de vivência, as singularidades culturais que envolvem esta manifestação.

Retirando os processos de tombamento que são de eficiência discutíveis, não existe nenhum processo de grande porte que vise elevar o interesse público e principalmente desmistificar conceitos sobre esta manifestação e ações como essa são de vital importância para a cultura local, pelo fator multiplicador dessa religiosidade, ou seja, esta manifestação engloba não apenas o vetor religioso, mas inúmeros outros fatores culturais por fazer parte de um processo que envolve toda a produção cultural negra, sua implantação e influência na comunidade ludovicense.

Assim se visualiza a importância que deve ser dada a esse tipo de manifestação, e este não é um debate comumente realizado na capital, o que acarreta em outra resposta encontrada em pesquisa, onde 29% dos entrevistados delimitam que não possuem interesse nesse tipo de assunto. Ora, se a comunidade local não está interessada no assunto, por consequência, os órgãos políticos também não, por não se adequarem às motivações de “politicagem” que geralmente envolvem as eleições locais, o que leva a um grande nível de desconhecimento e por consequência de medo, citado por 8% de entrevistados em pesquisa, e de pré-conceitos em relação a essa religiosidade tão presente na capital.

Entretanto, outro fator preocupante é que 19% dos entrevistados afirmaram simplesmente não gostar da manifestação e nos restantes 10% que delimitaram que não se interessavam por essa manifestação devido à sua escolha religiosa, fizeram afirmações categóricas que abominam tal manifestação sem deter qualquer conhecimento sobre a mesma, a avaliando como prejudicial à “imagem local”, devendo manter-se nos “lugares apropriados” da capital, conforme cita entrevistado ao ser perguntado sobre suas motivações para não visitar terreiros de umbanda: “Porque não tenho necessidade e nem curiosidade. Respeito essas manifestações escolhidas e praticadas pelo homem em local apropriado, mas sinto certa pena de quem as pratica”.

Nesse trabalho não se pretende afirmar que todo ludovicense deva ser participante ativo da religião umbanda para que seja considerado um amante de sua cultura. O foco nesta discussão está nos debates dos resultados dos motivos que os levam a não conhecer as manifestações religiosas, assim o preconceito e falta de interesse tanto da comunidade local quanto dos gestores em evitá-lo são os grandes dilemas nesse momento.

Não é obrigatória a ida de todo ludovicense a um terreiro de umbanda, mas é essencial que o mesmo respeite a manifestação e principalmente aceite-a como parte de sua cultura, como ser social e esta concepção deve se ampliar para os planos de gestão cultural da cidade, de forma que o turismo pode ser uma ferramenta potencializadora para o acontecimento dessas mudanças. Cita-se o Estado da Bahia como exemplo de um povo bem-sucedido nesse nível de aceitação, onde os baianos assumiram como parte de sua cultura, a religião afro e a expandiram para muito além de suas barreiras estaduais, de forma que o movimento musical denominado *axé music* é amplamente influenciado por cânticos e percussões da religiosidade negra e não obstante vários ludovicenses,

apesar de não aceitar essas manifestações em seu próprio Estado, apreciam e consomem a cultura baiana em eventos anuais que ocorrem na cidade, exemplo disso é encontrado no sucesso constante do carnaval fora de época, denominado Marafolia. Assim, por que o ludovicense possui tanta facilidade em aceitar o produto de mesma origem vindo de outro Estado e menospreza sua própria produção cultural?

Baseado nessa questão étnica e de forma um pouco contraditória, a cultura negra (52%) destacou-se como a que mais chama a atenção ou agrada os ludovicenses. Com 14% ficou a cultura européia, 13% a indígena e 22% a reunião das três. Pode-se visualizar que apesar da religiosidade não ser muito bem aceita pelo ludovicense a cultura negra, em geral, é citada como uma das principais da localidade, o que nos provém mais um dado que merece discussão e debates acadêmicos para a compreensão mais aprofundados para o futuro.

Já em relação às manifestações locais, o resultado foi que os festejos juninos (60%) destacam-se como a principal expressão cultural local, logo após é encontrado o carnaval (27%), o que demonstra que São Luís possui dois eventos reconhecidos internamente como diferenciais no país, mas que ainda não possuem a devida atenção dos meios de divulgação nacional. Isso é visível quando visualizamos a divulgação e reconhecimento externo desses eventos. Assim, o São João do Maranhão não possui o mesmo renome nacional que o de Campina Grande (PB) e o carnaval de São Luís, que outrora fora o 3º Maior Carnaval do País (MARANHÃO, 1999), atualmente não figura entre os principais receptores de turistas nacionais nos meses da festa de maior destaque internacional do Brasil. Nessa questão, também fica explícita, mais uma vez, que a religiosidade local independente de sua origem, não é reconhecida como importante pelo ludovicense, de forma que os festejos ligados a esse vetor recebem porcentagens mínimas de citação e cabe aqui a ressalva de que a grande maioria que assinalou a opção “Festa do Divino” (5%) demonstrou na justificativa que não se referia a essas manifestações que ocorrem na Ilha de São Luís e sim no município de Alcântara.

Ao continuarmos debatendo os conteúdos artísticos locais, encontramos uma situação preocupante que demonstra uma tendência do ludovicense em não apreciar todos os sotaques de bumba-meu-boi do Estado, e mesmo dentre os sotaques denominados “da Ilha”, o potencial empate entre os sotaques de orquestra (41%) e de matraca (40%), demonstra um ludovicense mais apto a se adequar ao sentido performático mais

moderno da manifestação em detrimento do conteúdo tradicional e dotado de sentido cultural típico, trazido por sotaques como o de “zabumba”, considerado o mais antigo de todos, que nesta pesquisa galgou uma porcentagem ínfima (3%) de citação.

Essa questão nos leva a um fato preocupante, pois a partir do momento que a própria comunidade local rende-se a tendências globais de espetáculo em detrimento de sua originalidade, como evitar que um potencial turista também não se aproprie de tal opinião? Se o próprio ludovicense renega o fator único das origens de sua principal manifestação cultural e prefere um sotaque recente que se adéqua de forma mais natural, o que se delimita como “para turista ver”, tem-se uma séria problemática que leva a preocupação em relação à manutenção dos sotaques mais antigos e à tendência ao enfraquecimento dos mesmos e possível extermínio a partir do momento que nem a comunidade e nem o turista identifique-se com eles.

Afirma-se novamente, o sentimento de pertença na população ludovicense é necessário, para que as manifestações locais não se percam diluídas no mundo capitalista. Portanto, para que a tradição consiga manter-se viva é necessário um ludovicense que goste e que saiba explicar a um turista como os primeiros bois de zabumba percorriam a cidade cantando toadas feitas “na hora” e criaram as bases para esta grande festa que é, atualmente, o São João do Maranhão.

Outro ponto reportado pela pesquisa de campo que merece destaque, esclarece que a maioria dos ludovicenses orgulha-se dessa naturalidade (87%), determinam características culturais como a hospitalidade do povo e a “paz” da cidade e características naturais tais como praias e ambiente agradável, como principal motivação para essa opinião. Entretanto, nesta mesma questão, perguntou-se o motivo; como resposta, 42% dos entrevistados não souberam explicar racionalmente sua opinião e apenas 13% citaram o sentimento de pertença, ou seja, em verdade, os entrevistados orgulham da cidade, mas não sabem explicar os reais motivos para tal. Não obstante, dentro da porcentagem que determinou que não se orgulha de ser ludovicense (13%), todos assinalaram como motivação os representantes políticos locais e a aparente subserviência da população aos mesmos, o que delimita que a cidade em si não é o principal fator motivacional para esses entrevistados.

Outra questão que pôde ser avaliada em pesquisa foi que a maioria dos ludovicenses entrevistados (89%) consideram que em sua rotina valorizam a cultura local. Entretanto,

ao se avaliar os resultados com mais precisão nota-se que grande parte o faz de forma passiva, ou seja, sem realizar ações em seu dia a dia que realmente corroborem em movimento de valorização da cultura local, citando como resposta questões que levam a admiração da manifestação cultural e participando apenas como observador de sua própria cultura.

Outra questão versa sobre o comportamento ludovicense junto a críticos da cidade onde visualiza-se que a grande maioria (75%) assume posição de debate quando tal ato ocorre, o que demonstra que o ludovicense tem tendência a ser barrista e tem anseios de defender sua cidade para outros. Entretanto, os 19% que discordam mas que permanecem calados demonstram ser uma porcentagem significativa por ser mais um fator onde se visualiza certa tendência a passividade do povo ludovicense, o que serve de base para o movimento de conformidade típico já discutido anteriormente nessa análise.

Outro resultado que corrobora tal tendência ao conformismo à cultura local, de forma que é constantemente necessária uma motivação maior para que o ludovicense se envolva em questões de tal sentido, está no momento em que é demonstrado em pesquisa que estes em sua maioria conhecem seus cantores locais, mas escutam apenas em festejo locais, em épocas determinadas (62%). O ludovicense, em geral, não faz de sua rotina consumir a cultura local. Assim, cantores Maranhenses como Rita Ribeiro, Zeca Baleiro, Mano Borges, César Nascimento entre outros cultuados no cenário nacional como participantes ativos do movimento da nova MPB, em sua própria cidade são ouvidos apenas por poucas pessoas que são denominadas *cult* pela maioria.

Entretanto, ao continuarmos a análise, nota-se que o ludovicense também prega que tem o hábito de preservar (82%) e propagar (83%) sua cultura, entretanto o faz de forma doméstica, ou seja, junto às pessoas mais próximas (49%). Nesse contexto, uma forma de propagação interna da cultura que vem ganhando poder é a realizada por meio da internet. Esse fator, ao vir em segundo lugar (14%) como principal meio de propagação, é de grande relevância, pois demonstra uma tendência à difusão de São Luís e de sua cultura ao redor do Mundo.

Dessa forma, o movimento de “blogueiros” locais ganha cada vez mais força como meio de divulgação, sendo que atualmente podemos encontrar inúmeras páginas na internet que tratam desse assunto, tais como: Blog Ilha Magnética, Música Maranhense

Blogspot, comunidades ligadas à capital e sua cultura, tais como: Eu falo Maranhês, Eu amo São Luís do Maranhão, Só em São Luís, MP3 Música Maranhense, Cultura de São Luís, Cultura Popular Maranhenses. Além de comunidades ligadas a manifestações artísticas locais, tais como Bicho Terra, Boi da Maioba e Boizinho Barrica. Assim, os meios virtuais cada vez mais comuns entre a classe média local constituem-se em um potencial meio de divulgação de uma campanha de endomarketing, com grande apelo aos jovens locais.

Por último, questionados se o turismo pode ser uma ferramenta de auxílio à cultura, (87%) afirmaram que sim e também questionou-se quanto à propagação da identidade através do turismo, (83%) concordam, ou seja, o ludovicense ainda tem uma relação esperançosa com a atividade turística, a partir do momento que a grande maioria acredita no turismo como uma ferramenta positiva para a propagação da cultura e da identidade local, o que enfoca que um planejamento nesse sentido tenha grande potencialidade para ser bem sucedido pelo seu grau de aceitação.

Conclusão

É possível concluir que atualmente em São Luís é notório pela posição tomada por muitos moradores locais em relação à sua produção local, que esse elo com a sua “ludovicensidade” está debilitado, ou seja, que o sentido de lugar/pertence de alguns ludovicenses facilmente se desfaz, devido o pouco entendimento sobre a cultura e identidade da cidade e também pelas políticas em propagar as manifestações culturais.

A partir dessa pesquisa verifica-se que o ludovicense, em geral, gosta da sua terra, possui uma tendência ao “bairrismo”; entretanto, ainda não se sente ligado expressivamente à sua cultura. Percebe-se certa dificuldade do mesmo em se visualizar como parte de uma sociedade, e, portanto não se aprofunda em vetores que não estejam ligados à sua realidade próxima, o que o leva, algumas vezes a não conhecer algum fator de sua cultura social, discriminando-o. Possui forte tendência à passividade, fator que pode se tratar de uma herança histórica de introversão. Assim, a valorização da cultura não é compreendida por todos, o que pode levar a descaracterização da identidade local.

Referências

ARAÚJO, João Mauro. Sua majestade, o boi. Disponível em: <http://www.sescsp.org.br/sesc/revistas_sesc/pb/artigo.cfm?Edicao_Id=244&Artigo_ID=3849&IDCategoria=4239&reftype=1&BreadCrumb=1>. Acesso em: 11 out. 2010.

ARAÚJO, Munidinha. **Dos batuques aos bailes de reggae**: a repressão continua. São Luís: Alumar, 1991. (Série Vaga-Lume - Suplemento Cultural do SIOGE).

ASSUNÇÃO, Matthias Rohrig. A formação da cultura popular maranhense: algumas reflexões preliminares. **Boletim da Comissão Maranhense de Folclore**, n. 14, 1999.

DIAS, Erasmo. A influência da maconha no folclore maranhense. **Revista Maranhense da cultura I**, n. 1, 1974.

FAROL MARANHENSE. São Luís, 1829.

FERRETI, Munidicarmo. Opressão e resistência na religião afro-brasileira. In: **Boletim da Comissão Maranhense de Folclore**, n. 23, São Luís, 2002.

FERRETI, Sérgio F. Identidade Cultural Maranhense na perspectiva da Antropologia. In: **Boletim da Comissão Maranhense de Folclore**, n. 27, São Luís, 2003.

MORAES, Jomar. **Guia de São Luís**. São Luís: Legenda, 1995.

MYERS, Michael. **Qualitative research in information systems**. Disponível em: <<http://www.auckland.ac.nz/msis/isworld/>>. Acesso em: 5 out. 2010.

RIOS, Adriano Farias. Uma “Flânerie” no lombo do boi da Maioba: refletindo a tradição/modernidade na cultura popular maranhense. **Caderno Pós Ciências Sociais** - São Luís, v. 2, n. 4, jul./dez. 2005.